



Discurso na solenidade de encerramento da gestão 2022-2023 e posse da nova Diretoria da Atricon (20-2-2024).

Saudações!

Em Porto Alegre, o Tribunal de Contas do Estado fica ao lado da orla do Guaíba. Das suas janelas e calçadas é possível enxergar o rio que abraça a capital do Rio Grande do Sul e faz parte da sua história econômica e social.

Em Boa Vista, o Tribunal de Contas está a poucas quadras da Praça das Águas. Numa caminhada curta, no fim de tarde, é possível apreciar o espetáculo das fontes com jatos sincronizados e iluminados, uma das belezas da capital de Roraima, desbravada por pioneiros em meio à floresta amazônica e às margens do Rio Branco.

Porto Alegre, a cidade que adotei, é a capital mais meridional do Brasil, conhecida pelo paralelo 30, latitude cantada por Kleiton e Kledir. Boa Vista é a única capital brasileira situada no hemisfério norte, enquanto Macapá tem a singular condição de ser cortada pela Linha do Equador. Entre Boa Vista e Porto Alegre há mais de cinco mil quilômetros de estradas para serem atravessados. Não são muitos os brasileiros que percorrem uma distância assim. Estão mais afastadas do que Lisboa e Moscou, capitais separadas por diversas nações, línguas, leis e culturas. Há um mundo entre Portugal e Rússia; há um mundo entre Porto Alegre e Boa Vista.

Quem cumpre essa rota se dá conta das reais dimensões do território brasileiro. Sair do Norte para o Sul, ou de Leste para Oeste, significa não só mudar de ambiente, clima, tradições e vivências históricas. Significa avançar no tempo, porque demora.

Como presidente da Atricon, tive a oportunidade de viver essa experiência. Por dois anos - mandato que, junto com meus queridos colegas de Diretoria e Conselho Fiscal, encerro agora honrado e satisfeito -, percorri o Brasil com a missão de aproximar os Tribunais de Contas e sua gente. Estive em todos os 33 nesse período e, em cada um,



aprendi sobre a cultura local e convivi com brasileiras e brasileiros trabalhadores, corretos, eficientes e afetuosos. E procurei levar solidariedade, estímulo, reconhecimento, fortalecendo laços, falando aos olhos e aos corações, juntando mãos e mentes. E fui carinhosamente acolhido.

Este discurso, que até aqui pode parecer mais um relato de viagem do que uma exposição formal, na verdade, é uma metáfora do trabalho da Atricon. Há mais de 30 anos esta entidade busca conectar os Tribunais de Contas distribuídos por um país continental. São três décadas de construção institucional e de amadurecimento. E de compromisso com uma administração pública proba, realizadora, eficiente e eficaz.

A Atricon nasce numa quadra histórica em que, ancorada na então novel Constituição, a redemocratização ia se afirmando; tempo de algumas incertezas, no qual também era preciso reforçar a defesa dos membros dos Tribunais de Contas e do controle externo. E nos dois anos que agora findam, nos dedicamos intensamente a esse propósito, cuidando das suas prerrogativas e das garantias para que exerçam sua missão democrática e republicana com desassombro, equilíbrio e qualificação. Talvez se possa ilustrar o eco desse agir com o fato de hoje celebrarmos um crescimento de 15% do quadro associativo neste biênio; é significativo!

E, ao longo da caminhada, a Associação também se converteu num órgão de representação, aperfeiçoamento e integração das Cortes de Contas e de seus integrantes, funcionando, na prática, por igual, como uma espécie de “conselho” voltado a promover o fortalecimento do sistema de controle externo brasileiro, em benefício da sociedade. E então renovo minhas palavras de gratidão a todas as pessoas da Atricon e do sistema cujo trabalho e inspiração para aqui nos trouxeram, o que faço saudando nossos ex-Presidentes Antônio Joaquim, Valdecir Pascoal e Fábio Nogueira, presentes neste encontro.

Essa tarefa não é simples, porque se o desenho constitucional a todos os Tribunais de Contas se aplica, a riqueza e a diversidade da nossa federação, com seus traços históricos, culturais, políticos e sociais, também se reflete no controle. Porém, antes de representar algo crítico, trata-se de uma valência que respeitamos, valorizamos e aproveitamos em prol da nossa própria melhoria. E aqui, na grandeza territorial e na



pluralidade, nas 33 diferentes leis orgânicas, regimentos, modus operandi e sistemas recursais, também estão postos desafios.

Por isso, a Atricon procura contribuir para que os Tribunais, com suas autonomias, possam atuar em cooperação e sinergia. Transparência, eficiência, boa gestão, combate a irregularidades e a fraudes, responsabilidade fiscal e social, legalidade, moralidade e impessoalidade fazem parte do mapa que nos guia nessa tarefa.

O controle, na essência, existe para ajudar a garantir uma gestão pública balizada pela juridicidade e pelos melhores resultados. Não é um fim em si, mas uma espécie de “certificador”, cuja atuação pode e deve se valer dos instrumentos normativos e operacionais que asseguram esse objetivo. Por isso, também trabalhamos pelo consensualismo, estimulando que, respeitada a moldura da norma, se alcance a máxima efetividade da própria Carta Fundamental - entraves burocráticos, apego desnecessário às formas e aos rituais não podem embaçar resultados em obras e serviços almejados pela população. Não se trata de fazer concessões indevidas ou ilegítimas, de resto inaceitáveis; cuida-se, sim, de respeitar o interesse público em todas as suas dimensões, na esteira da própria nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Outro exemplo prático dessa busca é o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas. Trata-se de um instrumento moderno, capaz de colocar todas as Casas de Contas sob uma mesma régua e avaliar suas formas de atuação e os resultados alcançados. O Marco de Medição vislumbra os Tribunais (mediante adesão voluntária) numa mesma lente de aumento, contemplando um universo de quase 500 itens, que agora também incluem a própria carreira do controle externo, a educação ambiental e a educação antirracista. E, a partir dela, podemos identificar, no conjunto, as forças e também as oportunidades de melhoria. Quando essa lente encontra uma iniciativa inovadora, será replicada para as demais instituições, como no caso da coletânea de boas práticas dos Tribunais de Contas (divulgadas ontem, já disponíveis na Internet e servindo de inspiração a todo o sistema).

Tarefa semelhante tem o lançamento das inúmeras notas técnicas e recomendatórias da Atricon, por vezes com entidades coirmãs e outros parceiros. As notas e as resoluções



diretrizes selecionam e reúnem uma boa parcela do que de melhor a Atricon tem a contribuir com os Tribunais.

Uma dessas notas, de 2023, por exemplo, ressaltou a importância de as Cortes de Contas cobrarem do Poder Executivo a transparência sobre os benefícios fiscais. O cidadão tem o direito de saber se essas renúncias (muitas vezes defensáveis e até necessárias) se traduziram, efetivamente, na geração de novos empregos, no desenvolvimento regional, no incentivo à atividade econômica em áreas deprimidas, motivos em regra invocados para o seu deferimento. Ou se apenas serviram para propiciar mais ganhos individuais, comprometendo os investimentos em políticas públicas de interesse do conjunto da sociedade. E é igualmente fácil lembrar de outros temas objeto dessas manifestações, como a garantia dos direitos fundamentais; a igualdade e equidade de gênero; a linguagem simples; a proteção da primeira infância; a defesa das competências constitucionais dos Tribunais de Contas e das instituições. Nessa mesma linha, há mais de uma publicação em defesa da efetividade das políticas públicas.

Ainda no tema transparência, vale destacar o Programa Nacional de Transparência Pública, uma iniciativa também voltada a provocar maior abertura da administração estatal à cidadania. Todos os anos o programa examina cerca de oito mil portais públicos no país buscando identificar falhas de transparência que prejudiquem o acesso à informação, mas também valorizar os bons exemplos. Isso porque o gestor correto e comprometido com a esfera pública deve ser estimulado e valorizado. Se, no controle, precisamos orientar, alertar, prevenir e até sancionar, temos também o dever de indicar à população que há muitas práticas virtuosas; que existem inúmeros agentes públicos que zelam pelo bem coletivo e que se submetem ao escrutínio continuado e democrático oferecido pela transparência ativa.

Trabalhar pela transparência pública é nosso compromisso, diariamente exercitado, porque o cidadão informado é o cidadão participante; é o cidadão responsável; é o cidadão que sabe que a democracia envolve uma construção demorada, reclamando alertas e reparos, mas que ainda assim representa o melhor caminho, pairando acima das polarizações políticas e das disputas partidárias.



É o que tínhamos em mente quando, com outros parceiros, planejamos e lançamos a Operação Educação, um marco do sistema de controle externo no ano passado. Durante três dias, em abril, auditores de controle externo dos Tribunais de Contas fizeram uma ação conjunta que abrangeu 537 municípios em todos os cantos do país. De forma coordenada e simultânea, nossas equipes visitaram mais de mil escolas e produziram um retrato que o brasileiro jamais tinha visto nessa dimensão: o retrato das falhas estruturais na educação pública. Colégios com equipamentos estragados, sujeira, iluminação deficiente, alimentos vencidos, fiação exposta, vidros quebrados e rachaduras nas paredes foram flagrados em todas as regiões.

Não há como o país avançar na qualidade da educação e se desenvolver plenamente se cenários assim não forem transformados. E só serão modificados se forem expostos publicamente, para que o cidadão possa exercer o seu direito e o seu dever de cobrança de um serviço público de qualidade. É essa dinâmica composta por transparência, cobrança e correção de rumos que está no coração da democracia. É nela que precisamos apostar se queremos evitar os extremos e o autoritarismo.

Mas, também aqui, olhamos igualmente para os bons exemplos e nos engajamos pela concretização desse direito fundamental: valorizamos escolas e redes com bom desempenho; difundimos o que dá certo na política pública da educação; fomos ao Congresso Nacional apoiar o novo Fundeb e em todas as esferas argumentamos em prol do financiamento adequado às políticas públicas educacionais, a partir da primeira infância; ajudamos a construir o “ICMS Educação”; defendemos o piso do magistério e a melhor formação dos professores. E ainda haveria muito mais a dizer a respeito.

Nessa gestão, cuidamos atentamente da comunicação. Em dois anos, a equipe da Atricon produziu cerca de 900 notícias e 600 postagens em redes sociais. Alcançamos o engajamento de quase um milhão de perfis no Instagram e tivemos mais de quatrocentas horas de reportagens sobre os Tribunais de Contas na Rádio Justiça. Vale destacar ainda o Projeto Comunica, voltado a fortalecer as estruturas de comunicação dos Tribunais de Contas e com isso a reforçar os laços com a sociedade. Pela primeira vez, o BID financiará uma ação como essa no âmbito dos órgãos de controle. Assim, as assessorias de comunicação dos Tribunais de Contas poderão receber apoio, de forma conjunta, para aperfeiçoarem as suas ações de diálogo com a sociedade.



A comunicação interna foi incrementada com vigor. Como uma das principais iniciativas, criamos o Atriconecta, um canal direto com os associados, por meio de aplicativo de mensagens instantâneas, que oferece atualizações diárias das atividades desenvolvidas pela Atricon. Chegamos a quase 500 edições em dois anos.

Cabe aqui destacar também outras ações destinadas ao público interno. Fizemos uma gestão com diversas conquistas aos associados, como a relacionada à previdência complementar, a entrega de novas salas da Atricon (um espaço de acolhimento também para, nestes novos tempos, permitir a participação em sessões telepresenciais), a Carteira de Associado e inúmeros programas descontos para compras e serviços.

Do ponto de vista institucional mais amplo, também reforçamos a trincheira de defesa dos Tribunais de Contas e dos seus membros no Congresso Nacional, inclusive com a contratação de uma assessoria parlamentar especializada. Seguimos na luta pela aprovação da PEC da Essencialidade, uma verdadeira blindagem às Cortes atacadas por interesses contrariados por suas decisões. É preciso deixar claro na Constituição que os Tribunais de Contas são órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Ainda sobre estes dois anos: um período relativamente curto, mas marcado por agudas divergências e fortes momentos nas cenas política e institucional do país. Respeitamos as diferenças, estimulamos o contraditório e, ao mesmo tempo, seguimos com serenidade e firmeza na proteção da ordem jurídica, no resguardo das garantias dos nossos associados, do controle externo, do Sistema de Justiça, da democracia. Sem alimentar embates destrutivos e rechaçando a desinformação e as deletérias fake news, não hesitamos um instante sequer quando se tratou de brandir na defesa da Constituição, das suas regras e princípios; dos direitos fundamentais; da educação de qualidade com equidade, do Sistema Único de Saúde; dos Poderes e órgãos da República. Defender e cumprir a Constituição requer mais que um discurso; demanda ação democrática em resguardo da própria democracia. Estejamos vigilantes com a retórica que enaltece a liberdade como valor supremo mas que, por vezes, se traduz em gestos que justamente podem aniquilá-la - na imprensa, nas salas de aula, na legislação, na legítima escolha dos representantes. A propósito, em 2024 celebramos os 200 anos



do constitucionalismo brasileiro, a partir da Carta do Império. A Constituição Cidadã será sempre nosso esteio e o nosso farol. Ela mesma, que no dizer do Ministro Carlos Ayres Brito, foi muito generosa para com o controle, está a nos respaldar para o agir sereno e firme em defesa boa e da correta gestão governamental.

Lembro ainda da nossa atuação proativa na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) na Infocontas, rede que se dedica a estudar e a oferecer subsídios e informações estratégicas para a qualidade e a agilidade do controle.

Aliás, foi também neste tempo que vimos como que a “explosão” da inteligência artificial nas nossas vidas e nas instituições. Trata-se de não “brigar” com a IA, nem lhe temer. Sejamos mais inteligentes e ao mesmo tempo racionais, empregando seus avanços com ética e com a sabedoria humana; “sabedoria do coração”, como ensinou recentemente o Papa Francisco, para que ela nos ajude a construir um controle sintonizado com as demandas deste Século XXI. Aliás, saúdo com entusiasmo a IA no controle externo: ousou dizer que, sem ela, na dinâmica destes tempos, possivelmente teríamos mais dificuldades para, com eficiência e efetividade, fazer todas as entregas previstas no artigo 71 da Lei Maior. E essa “operação” há de se fazer a partir da figura central do controle, a inteligência humana.

Em tempo: esclareço que estas linhas foram escritas sem o contributo da IA. Assim, peço que sejam tolerantes com todas as suas imperfeições. Elas são verdadeiramente humanas; deste que vos fala.

Os registros que aqui faço estão detalhados no nosso relatório, com exemplares hoje distribuídos e a ser entregue aos membros do sistema, autoridades e parceiros, também já disponível no nosso portal e acessível através do cartão aqui entregue.

Nada disso que relatei até aqui seria possível sem uma boa rede de cooperação da qual nos orgulhamos por ajudar a fortalecer. Muito fizemos tendo ao lado o Instituto Rui Barbosa, IRB (onde tive a honra de exercer a vice-presidência por dois mandatos); a Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios, Abracom; o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, CNPTC; a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos, Audicon, a Associação das Entidades Oficiais de



Controle Público do Mercosul, ASUR, entre outros parceiros: Ampcon (entidade que também com satisfação presidi, representando o vigilante, preparado e solidário Ministério Público de Contas brasileiro), CNPGC, ANTC, Fenastc, Ibraop e Conaci.

Da mesma forma, quero agradecer aos que se juntaram a esta caminhada, como o Unicef, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Sebrae, o movimento Todos pela Educação, os Poderes e órgãos da República; imprensa, organizações da sociedade e tantos outros.

Agradeço o empenho sem descanso das mulheres e homens que participaram desta gestão:

- colegas da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- presidentes dos Tribunais de Contas e suas assessorias;
- a incansável, dedicada e competente equipe do meu gabinete de trabalho no TCE-RS;
- a igualmente devotada equipe de trabalho da Atricon e as assessorias administrativa, de comunicação, contábil, jurídica e parlamentar;
- familiares, a quem me penitencio por tantas ausências;
- colegas e amigos.

Minha homenagem, por igual, aos Tribunais de Contas brasileiros, instituições firmes e fortes da República, por seus membros, auditores de controle externo, Ministério Público de Contas e todos que lhe dão vida e significado. Faço esta referência citando nosso querido e respeitado irmão mais velho, o inspirador Tribunal de Contas da União, na pessoa do ilustre amigo Ministro Bruno Dantas. Amizade que se expressa também em gestos como este, de nos acolher nesta Casa hoje, e na possibilidade de os demais 32 Tribunais de Contas participarem do Conselho de Auditores da ONU, indicando oito técnicos dos seus quadros para essa inédita atuação internacional do controle externo brasileiro, liderada pelo TCU.

E a reverência ao Deus dos nossos corações pela energia e inspiração. Lembrando da notável Mercedes Sosa, dou graças à vida pelo tanto que me deu. Quando deixei a minha pequena e querida São João da Urtiga, ainda na aurora da minha vida (e agora é



Casemiro de Abreu que me vem à mente), nem nos sonhos mais luminares imaginava estar hoje aqui, vivendo este momento tão eloquente, na Brasília que na infância eu declamava: “Eu fui um dia a Brasília, meu Brasil que maravilha, ver Brasília despontar...”, e por aí seguia, em pensamentos e sonhos, porque só muitos anos depois aqui cheguei pela vez primeira.

Ao encerrar nosso mandato e esta mensagem, entrego a liderança da Atricon ao meu colega Edilson de Sousa Silva, desejando a ele e a sua equipe muito sucesso e conquistas. Edilson é um amigo que vem lá de Rondônia, no Norte do país. A poucas quadras do seu Tribunal de Contas, em Porto Velho, alcançamos outro rio, o Madeira, mais um gigante amazônico. Caro Conselheiro Edilson: sua já longa e reconhecida dedicação, seu engajamento e seu inquieto espírito público, juntamente com os pares da Diretoria e o sólido amparo familiar, haverão de levar a Atricon a cumprir cada vez melhor a notável missão assumida há mais de três décadas. O Madeira e o Guaíba não se cruzam e estão separados por quase quatro mil quilômetros. Mas nosso encontro aqui, hoje, nesta cerimônia de celebração, no Planalto Central, é a prova de que as distâncias não nos impedem de seguir trabalhando para que este país continue avançando. Tanto não impediram que fizemos essa caminhada juntos, nos momentos difíceis e nas celebrações, solidariedade que de público quero agradecer e destacar. Sucesso na missão, estimado Conselheiro Edilson, Vice-Presidentes e Diretores que hoje assumem! E lembrando da grande pensadora Teresa D’Ávila, que nada te perturbe; que nada te espante!

Aprendi que a Atricon acorda cedo; e que muitas vezes não dorme. Particularmente quanto a mim, é certo que vou sentir saudades do convívio fraterno, dos debates, da solidariedade, dos abraços, dos sonhos, do trabalho expresso em projetos, ações, reuniões, reivindicações e até mesmo em eventuais desalentos, tensões e angústias. Mas vou lembrar com carinho de pessoas que conheci; levarei comigo gratidão, mais esperança, confiança e entusiasmo; guardarei para sempre no coração o sorriso que enternece.

Enquanto escrevia estas linhas, buscava no pronunciamento que fiz dois anos atrás os compromissos publicamente assumidos pela Diretoria cujo mandato agora finda. E me alegro porque praticamente nada ficou para trás, e ainda com acréscimos. A Atricon e os



Tribunais de Contas merecem muito mais, é verdade. Mas tudo o que as forças e as circunstâncias nos permitiram, tentamos empreender. Não foi tudo o que se queria entregar, mas foi com o coração, com amor, com devotamento ao controle externo brasileiro, que vivo intensamente há 32 anos, a serem completados na próxima semana.

O filósofo Michel de Montaigne nos legou a simples e sábia afirmação: “A mais honrosa ocupação é servir o público e ser útil ao maior número de pessoas”. É frase que me ilumina e estimula. Sou servidor público há mais de 40 anos, com honra e orgulho. Defendo o serviço e o servidor público, e seguirei a fazê-lo, trabalhando por sua valorização. E pela melhoria contínua na sua prestação, porque, na outra face, é direito basilar da cidadania, do contribuinte, ter acesso a devolutivas qualificadas, tempestivas, respeitadas, humanizadas. Se sobretudo nós, agentes públicos, cuidarmos de assim proceder, teremos na sociedade o irrefutável substrato de legitimidade, de modo que qualquer eventual “Reforma Administrativa” que se cogite deverá ter isso bem em conta. E lembrando de outro grande pensador, agora Santo Agostinho, “não basta fazermos coisas boas, é preciso fazê-las bem”. A assertiva se aplica plenamente à nossa grandiosa tarefa na administração pública.

A hora é de quem chega. Trabalhei, trabalhamos na Diretoria, pelo crescimento da Atricon em todas as suas dimensões, pela unidade interna para nos fazermos fortes e respeitados nas inúmeras relações estabelecidas no plano institucional e com a sociedade.

Espero poder, humildemente, continuar contribuindo para um país menos desigual, marcado pela vida democrática e comprometido com os objetivos fundamentais da República. Que os amigos e a proteção divina me permitam seguir ajudando nessa construção, na busca da justiça e da fraternidade.

Lembrando de um bordão que muitos aqui já ouviram, por tantas vezes, vamos em frente!

Muito obrigado!